

Lula impõe condição para formar bloco - 2 JAN 1987

O presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, afirmou na terça-feira que o bloco parlamentar progressista na Constituinte só deverá ser formado pelos partidos que "poêm os interesses dos trabalhadores acima de tudo". Lula, que está descansando alguns dias na praia de Daniela, em Florianópolis (SC), disse que duvida da possibilidade de algum deputado do PDS defender "uma proposta mais avançada".

Na sua opinião, esse bloco, que não será uma frente de oposição à Nova República, como defendem setores do PDT e PDS, será integrada por comunistas, pedetistas e alguns setores progressistas do PMDB "se não ficarem desorientados com o poder e caírem no erro da extinta Arena", além do PT. Deixando claro que não tem simpatia por todos os partidos de oposição, o presidente do PT destacou que não se pode esquecer que "muitos opositoristas de agora são os responsáveis pela situação em que o País se encontra".

Lula também reconheceu que o PT não chegou a

crescer, como indicavam algumas projeções anteriores à eleição. "Não é fácil elevar o nível de comportamento político da classe trabalhadora, passando das campanhas salariais para lutas mais gerais como a dívida externa", justificou.

CNBB

Na mensagem de final de ano, divulgada na terça-feira, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defende uma Constituinte soberana, "não subordinada a nenhum outro poder nem sujeita a regimentos prefabricados", mas vulnerável a pressões democráticas. "já que deverá ser a viva expressão das aspirações do povo".

O presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, reafirmou, em entrevista, que a igreja pressionará os constituintes, promovendo sempre a informação e a mobilização das bases. Para isso, um grupo de seis padres da CNBB acompanhará diariamente o trabalho da Constituinte, assistindo a todas as sessões no Congresso. Na terça-feira os bispos enviaram a todos os constituintes uma carta acompanhada da nova ordem constitucional, publicada no ano passado, onde a CNBB apresenta suas propostas à nova Constituição.

Na mensagem de final de ano, a conferência lembra que 1986 "trouxe, inicialmente, um sadio clima de esperança que sofreu forte abalo com o não-cumprimento dos objetivos sociais prometidos".

MACIEL

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, sugeriu a adoção de leis delegadas, para o governo administrar sem recorrer ao uso dos decretos-leis.

O chefe do Gabinete Civil lembrou que o governo recorreu ao uso do decreto-lei durante seis vezes no ano passado e 27 neste ano. Mesmo considerando o crescimento registrado em 1986, o ministro observa que o número corresponde a menos de um terço do total assinado ao decorrer do último ano do regime anterior (1984), quando o então presidente João Figueiredo baixou 92 decretos-leis.

GAZETA MERCANTIL